

A IMAGEM DA POLÍCIA MILITAR NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP: Estudo de Caso dos Bairros Zerão, Universidade e Central, no ano de 2014.

Aline Bastos dos Santos ¹ e Sônia Regina Alves Silva ²

1 Graduanda do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP

2 Graduanda do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP

RESUMO

O trabalho objetiva analisar a imagem da Polícia Militar do Amapá e as variáveis que a influenciam, sob a ótica dos moradores dos bairros Centro, Zerão e Universidade no município de Macapá (estado do Amapá), no ano de 2014. Para a coleta de dados foi usada a técnica de entrevista, utilizando como instrumento um questionário previamente elaborado e testado contendo perguntas fechadas. Assim, constataram-se diversos problemas no trabalho da PMAP: indiferença no atendimento das ocorrências e ineficiência; falta de treinamento profissional; má formação do profissional. Isso reflete um sentimento crescente de insegurança por parte dos moradores, o que faz desaprovar a forma como é executado o trabalho pela PMAP.

Palavras-chaves: Percepção. Imagem. PMAP. Insegurança.

ABSTRACT

The work aims to analyze the image of the Military Police of Amapá and the variables that influence it, from the perspective of residents of neighborhoods Center, Zerão University and the city of Macapa (state of Amapá), in 2014. For data collection was used to interview technique, using as a previously designed and tested questionnaire containing closed questions. Thus, it appears that many problems at work PMAP: indifference in addressing the occurrences and inefficiency; lack of professional training; poor professional training. This reflects a growing sense of insecurity on the part of residents, which makes disapprove of how the work is executed by the PMAP.

Keywords: Perception. Image. PMAP. Insecurity.

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Amapá (PMAP) passa por vários desafios no que se refere a sua atuação na sociedade, principalmente ao nível com que a comunidade reconhece e aprova o seu trabalho. Dessa maneira é notório que essa situação vem pondo em cheque a sua legitimidade e autorização às abordagens, prisões e às operações desencadeadas pela polícia no combate aos ilícitos penais perante a sociedade.

Essa problemática é verificada em diversas regiões do país e pode ser confirmada com a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opiniões e Estatística (IBOPE) no ano de 2011. A mesma constata que 34% vêem a atuação da Polícia Militar ótima/boa, enquanto que 39% regular e 27% ruim/péssima. Isso conota que a maior parte da população entrevistada está insatisfeita com as ações do governo em relação à segurança pública no país, especificamente da atuação Polícia Militar (PESQUISA CNI-IBOPE, 2011).

A PMAP carrega em seu histórico algumas contradições que vão impregnando na sua imagem e, conseqüentemente, são penetrados na sociedade e vão dando direcionamentos a várias opiniões nocivas e pré-concebidas sobre a sua atuação na sociedade.

As causas de uma possível imagem negativa da Polícia Militar do Amapá podem ser: a própria essência da atuação do policiamento, tido como repugnante moralmente, apesar de a coerção, controle e opressão serem necessários na sociedade, mas não são agradáveis (BAYLEY, 2002); e o problema da corrupção policial, a qual continua a ser um problema bastante sério sempre que se examina o trabalho policial (ROLIM, 2009).

O trabalho objetivou analisar a imagem da Polícia Militar do Amapá e as variáveis que a influenciam, sob a ótica dos moradores dos bairros Centro, Zerão e Universidade no município de Macapá (estado do Amapá), no ano de 2014.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A IMAGEM DA POLÍCIA MILITAR

De acordo com Laplantine e Trindade (1997), imagens “são construções baseadas nas informações obtidas pelas experiências anteriores”. Afirmam também que as imagens estão relacionadas com o ato de pensar e que, portanto, não são elementos concretos. Assim sendo, a imagem que se tem de um determinado objeto não é este em si, trata-se apenas de uma parte do todo que se conhece a respeito desse objeto.

Em se tratando de imagem institucional, necessário se faz também abordar sobre a identidade institucional. Oliveira (2010) assevera que a construção da identidade de uma corporação passa por características como: cultura organizacional, modos de comunicação, crenças, símbolos, propriedades imateriais, centrais, duradouras e permanentes, costumes, legislações de sistematização (estatutos, resoluções), estilos operacional e administrativo, padrões de comportamento.

Ainda de acordo com este autor, a construção da imagem institucional se dá através de “representação mental, no imaginário coletivo, de um conjunto de atributos e valores que funcionam como estereótipo, fruto da soma de experiências, percepções, induções e deduções, projeções, sensações, emoções e vivências que alguém associa a essa organização”, ou seja, a construção da imagem de cada corporação poderá ser influenciada tanto por esse conjunto de fatores quanto por sua intensidade (ZOUAIN; ROSS; CRUZ, 2008).

Assim sendo, uma instituição através da sua identidade (e tudo o que isso implica), projeta uma série de informações e o resultado dessa projeção, a partir de um grupo de pessoas (por exemplo) define a imagem que determinado grupo terá a respeito de tal instituição.

É sabido que a forma como cada Polícia Militar é vista diferencia-se nos estados brasileiros, devido principalmente às próprias características de cada corporação, a dinâmica das relações sociais, o *modus operandis* institucional, o tipo de atuação mais executado

(preventivo e/ou repressivo), o procedimento de formação dos policiais militares, as diferenças regionais.

Um dos símbolos identitários da imagem da Polícia Militar são seus cerimoniais, os quais além de manterem a cultura organizacional e a história da corporação, funcionam como elo entre a PM e a sociedade, uma vez que boa parte desses eventos são abertos ao público. Os objetivos desses ritos são mostrar as bases da corporação, através da ordem unida que traz um padrão de uniformidade, sincronia e garbo militar. Busca-se com isso despertar na comunidade a admiração e o apreço pelo estilo de vida militar que se baseia nos princípios da hierarquia e disciplina em prol de uma causa nobre, justa e social que é a segurança pública.

O sucesso das políticas de segurança pública e, por conseguinte, a concretização dos objetivos constitucionais das polícias militares reside no binômio confiança-colaboração espontânea da sociedade, posto que a partir de um laço de confiança na polícia, as pessoas notificam os delitos de que foram vítimas, se voluntariam na justiça (testemunham) contra criminosos e colaboram no fornecimento de informações sobre a localização de procurados pela justiça. Não obstante, a quebra desta relação de confiança gera a chamada “lei do silêncio”, o maquiamento nos índices de criminalidade e o aumento da liberação de suspeitos por “ausência de provas” (KAHN, 2003 Apud ZOUAIN; ROSS; CRUZ, 2008).

Entende-se, então, que o modo como as pessoas exteriorizam as instituições e vêem a imagem da organização é conhecido por ter um aspecto subjetivo, pois envolve os valores e experiências individuais que acabam criando os estereótipos, que de certa forma interferem na forma como cada um julga as coisas ou os fatos, vistos por uma realidade pessoal, de maneira que, o que para um pode parecer ser algo bom, para outro pode não ser. As pessoas têm essas características de personalidades heterogêneas, porém, um dos fatores que a maioria deles tem em comum são suas ações em relação a estes objetos que estão intrinsecamente ligados a imagem que se tem deles.

Essa relação de experiências do público com a organização para a formação de uma imagem institucional, positiva ou negativa, ocorrerá mediante um processo de elaboração que contempla informações advindas oficialmente ou não. O discurso formal construído pela organização pode ser extremamente positivo, entretanto, o testemunho de integrantes da instituição ou de públicos insatisfeitos prejudicará a imagem construída e a instituição perde sua credibilidade (OLIVEIRA, 2010, p. 10).

Cárdia (2003 Apud ZOUAIN; ROSS; CRUZ, 2008) relata que dois fatores potencializam a percepção da sociedade na não garantia de sua segurança por parte da polícia e seu descrédito nas leis: a massificada exposição à violência urbana, corroborada pela própria imagem da polícia.

Zouain, Ross e Cruz (2008) explicam que o próprio papel das polícias militares (policciamento ostensivo) e o uso da força são pontos primordiais que necessariamente devem ser discutidos pelo Estado e sociedade, maximizando tanto a imagem das corporações militares quanto à preservação da ordem pública.

Para Ramalho (1982 *apud* OLIVEIRA, 2010) há quatro elementos que influenciam na formação da imagem das corporações militares. O primeiro é o ser humano, no caso, o

policial militar e o modo como se comporta no ambiente de trabalho, ou seja, se está agindo com postura e também o modo como se comporta em sua vida privada. O segundo, são os elementos materiais, nesse caso, se a estrutura física e o ambiente de trabalho, dos Batalhões e companhias, estão adequados para a execução das atividades da rotina de trabalho, se há equipamentos e acessórios suficientes e em boas condições para serviço. O terceiro é o fator psicológico, que se resume na existência de uma escala de serviço que ofereça um descanso físico e mental suficiente, que respeite a vida social do policial militar, uma boa remuneração, apoio psicológico e social para seus problemas pessoais, assim como cursos de capacitação e reciclagem para sua maior qualificação. O quarto é a qualidade no serviço de segurança pública pelos policiais militares à sociedade, que se reflete em ações policiais baseadas no planejamento estratégico e apoiadas nos princípios dos direitos humanos. Esses quatro elementos são essenciais à formação da imagem de qualquer instituição.

A elaboração e concretização de projetos sociais pela Polícia Militar do Amapá ante a sociedade amapaense tem sido um grande aliado na construção e no fortalecimento dos laços de confiança e credibilidade da instituição com a comunidade. Esses projetos sociais aproximam a polícia e o cidadão, mesmo que seus resultados se reflitam de médio a longo espaço de tempo e seu caráter seja eminentemente preventivo.

Um aspecto muito importante na construção de uma imagem positiva da PM é a nova modalidade de policiamento que se baseia na filosofia de Polícia Comunitária, em que a polícia e comunidade passam a “andar de mãos dadas”, formando parcerias com os comerciantes, associações de bairros, moradores e lideranças de bairro para que se resolvam as questões de segurança pública de cada local, a fim de se cumprir o que prevê o artigo 144 da Constituição Federal de 1988 que diz: “segurança pública dever do estado, direito e responsabilidade de todos [...]”. Essa relação de proximidade com a comunidade nas ações do trabalho policial vem fortalecer a confiança do cidadão para com a polícia militar, além de contribuir para uma boa imagem da instituição, posto que:

A confiança é o valor que sublinha e vincula os componentes das parcerias comunitárias para a resolução de problemas. A fundação da confiança irá permitir que a polícia estruture um forte relacionamento com a comunidade, o que irá produzir conquistas sólidas. Sem a confiança entre a polícia e a cidadania, um policiamento efetivo é impossível (ROLIM, 2009 p.79).

Na era da comunicação de massa e inclusão digital, a mídia (escrita, digital e dos rádios) possui fator decisivo na construção de uma imagem institucional. A maneira pela qual as organizações militares interagem com a mídia tem uma importância muito grande. As formas de auxílio da mídia na construção positiva das polícias militares são: divulgação das operações policiais, dos projetos sociais, do policiamento comunitário, dos atos de bravura policial, etc. O fato aqui é o grande papel que a mídia pode desempenhar na construção da imagem institucional, no entanto, tudo isso depende de quais são as suas intenções e as suas inclinações políticas.

Em outras palavras, a imagem que uma organização apresenta, defende e sustenta, é hoje fator crítico para sua sobrevivência, na medida em que é por meio dela que seus diversos públicos são informados sobre o que ela é, faz e pretende (COLNAGO, 2006, pp. 1-2).

Um dos elementos mais importantes, norteadores das ações policiais (e, por conseguinte, da imagem da PM perante a sociedade) é o processo de formação dos militares. Nesse momento, a subjetividade e cultura civil dos recrutas são moldadas sob um clima de respeito à hierarquia (PEREIRA, 1996 Apud ZOUAIN; ROSS; CRUZ, 2008). Em alguns casos, as corporações militares sobressaltam na base de formação dos recrutas a parte formal do militarismo (hierarquia, obediência), deixando a desejar na parte técnica, nos conhecimentos específicos, nas noções de direitos humanos, no trato com as pessoas. Zouain, Ross e Cruz (2008) destacam como ponto central no processo de formação dos militares a busca pela cultura organizacional militar, pois tal ensinamento será importante para o desempenho do trabalho policial militar.

Alguns autores na área das Ciências Sociais estruturam seus argumentos e caracterizam a imagem da polícia com aspectos sociológicos e suas interpretações na maioria das vezes estão relacionadas à essa área de conhecimento. Assim, imagem, na perspectiva organizacional, pode ser entendida como a visão dos stakeholders sobre uma organização ou seus colaboradores ou integrantes diretos. Logo, imagem da polícia neste contexto organizacional pode ser entendida como a percepção dos stakeholders (cidadãos, mídia, Estado e a própria organização militar) com relação às ações, valores e atitudes dos membros que compõem a organização Polícia Militar (PEREIRA, 1996 Apud ZOUAIN; ROSS; CRUZ, 2008).

Observa-se que a adequação da polícia aos desejos da comunidade não é produzida apenas pelos mecanismos formais de responsabilidade. O comportamento policial é restringido por todas as pequenas influências de cultura, educação e consciência (BAYLEY, 2000), como também pelas mídias.

As frequentes notícias de brutalidade, corrupção e arbítrio envolvendo os agentes da lei invadem o nosso dia a dia e parecem servir para confirmar, no plano da subjetividade coletiva, um tipo de suspeita estrutural projetada sobre aqueles aos quais delegamos a complexa e difícil missão de fazer convergir, na ordem política dos eventos, os princípios democráticos da legalidade e da legitimidade (MUNIZ, 1999, p. 256).

Apesar da imagem da polícia militar ser influenciada pela mídia, por especialistas em segurança pública, pelo Estado, as raízes da construção da imagem da corporação militar (em sentido *lato sensu*) no seio social devem-se as heranças da ditadura militar onde a prática da instituição era basicamente repressora e da qual ainda não conseguiu se libertar, criando inclusive um estereótipo da imagem policial inerente ao senso comum” (TOIGO; FELIX, 2004 p.09 Apud ZOUAIN; ROSS; CRUZ, 2008).

2.2 A POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ: FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO.

Em 13 de setembro de 1943 é criado o Território Federal (TF) do Amapá pelo então presidente da República Federativa do Brasil Getúlio Dorneles Vargas, sob um ambiente conturbado nacional e internacionalmente. Apesar de criado, o TF apenas teria um governador depois de quatro meses, o qual não tinha muitas informações do local que administraria por um longo período.

Uma das primeiras ordens repassadas pelo presidente Getúlio Vargas ao então governador Janary Gentil Nunes foi a de criar e uma força policial que o auxiliasse na gestão

do TF, a Guarda Territorial (GT), como também protegesse a incipiente população do TF. A recém-criada GT do TF do Amapá (17 de fevereiro de 1944) tinha o objetivo de garantir o cumprimento das leis, manter a ordem social e construir, servindo de pedreiro, carpinteiro, ajudantes. A base legal de criação das GTs no Brasil foi o Decreto-Lei 5.839, de 21 de setembro de 1943 (LIMA; PEREIRA, 2014), estabelecendo:

um efetivo de 120 homens, para execução dos trabalhos públicos, assim preceitua o artigo 2º, do Decreto-Lei nº. 08, que, precariamente estabeleceu a organização da GT: “a Guarda Territorial é uma corporação de caráter civil de que o Governo disporá para a manutenção da ordem no Território e como mão de obra na execução dos trabalhos públicos”. Dentre estes 120 homens, estavam inclusos, um comandante, um subcomandante, 18 inspetores e 100 guardas territoriais (OLIVEIRA, 2013, ps. 165-166 Apud LIMA; PEREIRA, 2014).

A GT do TF do Amapá tinha caráter civil e não tinha um planejamento estratégico para a segurança pública do TF. Dessa maneira, foi criado o Plano de Organização do Departamento de Segurança Pública e Guarda Territorial (DSPGT), o qual a concedeu *status* de força da segurança pública, sendo sua missão proteger a vida e a propriedade dos habitantes do Território; a manutenção da ordem pública; policiar os costumes; cooperar na execução das obras públicas; manter vigilância e defender os bens do Território, bem como suas autoridades.

Para Lima e Pereira (2014), o governador Janary Gentil Nunes tinha diversos objetivos e desafios na gestão do recém-criado TF. Ele tinha a missão de desenvolvê-lo, construir prédios para a administração pública, planos de gestão pública, criação de órgãos públicos, plano de segurança pública. A GT foi fundamental tanto na construção de órgãos públicos, quanto para a governabilidade de Janary Gentil Nunes.

Para os autores, o momento pelo qual passava o Brasil na década de 1940 necessitava por parte do presidente certa onipresença em todos os Estados e TFs, aliada a administrações fortes e obedientes. A criação do TF do Amapá não fugiu a regra. Para a consolidação de uma gestão forte no TF, a GT é implantada, de maneira que auxiliasse o governador nomeado em praticamente todas as missões locais. Embora não fosse militar, a disciplina, hierarquia eram bases para o desempenho de suas atividades.

Inicialmente, o comandante geral da GT era o governador Janary Gentil Nunes, que ao passar dos anos, trouxe diversos militares do exército para desempenharem funções na GT, mesmo tendo treinado algumas pessoas do TF e as empregado nos serviços ordinários. Não obstante, o primeiro comandante da GT do TF do Amapá foi o Tenente Castilho do exército, o qual não se adaptou a região e deixou o cargo. Fora substituído pelo Tenente Rui Gama, também não se adaptou ao local, deixando o renunciando ao cargo depois de 3 meses. “Assume então o Tenente Charone que fora considerado o ‘pai da Guarda’, apelido carinhoso que lhe foi ofertado pelos demais Guarda Territoriais e, este, permaneceu à frente da GT até os primeiros anos da Ditadura Militar de 1964, quando foi exonerado” (LIMA; PEREIRA, 2014, p. 25).

A estrutura física e de equipamentos da GT eram precárias, sem materiais de trabalho, viaturas, e de certo modo, sem homens suficientes para o patrulhamento diário.

Nos primeiros tempos, os serviços de policiamento e segurança, de um modo geral, em Macapá, foram de certo modo, difíceis, não havia os meios necessários ao bom desempenho do trabalho. Carência de veículos, de armas. Em 1953, a GT e Polícia Civil, contavam com um único veículo, uma carro celular conhecido como “violino”, transportava policiais, presos, material em geral, nenhuma autoridade possuía carro para o seu uso. Nos dias de sábados e domingos, a movimentação era bem maior, o delegado de plantão solicitava, por empréstimo, um caminhão da DODGE, de propriedade do senhor Francisco Serrano, para fazer o trabalho de policiamento da cidade. Em 1960, o governo comprou uma *pick-up*, de cor azul, como o veículo era muito bonito, o chefe tinha o maior ciúme e cuidado. Para se conseguir uma permissão de uso, se constituía uma verdadeira luta, tinha que explicar os motivos e as razões, qual a necessidade de usar o carro, colocaram-lhe a “alcunha” de “vedete”, tal era sua fama e sua beleza (LIMA; PEREIRA, 2014, p. 44).

Com o intuito de profissionalizar um grupo de homens na segurança pública do TF foi extinto a Guarda Territorial e criado em 1975 a Polícia Militar do Território Federal do Amapá (hoje Polícia Militar do Amapá), sendo inicialmente formado por 38 oficiais R/2 do Exército Brasileiro e 3 oficiais da Polícia Militar de Sergipe. Houve seleção para o curso de sargento nas Polícias Militares de Minas Gerais e Goiás. Os ex-guardas territoriais foram “convidados” a ingressarem na nova corporação. Os que não quiseram, poderiam escolher trabalhar em outro órgão do TF do Amapá.

O marco legal da extinção das Guardas Territoriais dos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima foi o Decreto lei 6270/75 de 26 de Novembro de 1975. A partir daí, estava criada as Polícias Militares dos três Territórios Federais.

O decreto de criação previa que a transição das forças policiais devendo ser gradual e sucessiva. Somente terminando com uma espécie de ultimado do Governador Arthur Henning em 1977, que determina “a todos os componentes da Guarda territorial do Amapá, em extinção a darem entrada até o dia 23 de novembro, na 1ª seção do Estado Maior, seus requerimentos de opção sobre a permanência ou não no quadro da Polícia Militar”. (LIMA; PEREIRA, 2014, p. 49).

Os autores relatam que para a época, a Polícia Militar representava mudanças necessárias com padrões modernos de policiamento, em contraposição à já antiga Guarda Territorial, ultrapassada, pouco eficiente. De certa forma, seria uma resposta a sociedade do TF do Amapá, visto que estava aumentando a criminalidade.

De acordo com Lima e Pereira (2014), nessa nova conjuntura, houve uma expansão da Polícia Militar do TF do Amapá para todo o território tanto da capital como para o interior, contando, inicialmente com quatro Companhias na capital e oferecendo policiamento nos interiores mais distantes. Contava também com o Grupamento de Incêndios. A 4ª Cia de Polícia Militar era formada pelo Canil e pelo Pelotão de Choque, que atuavam em operações especiais, como por exemplo, controle de distúrbio de civis.

Também podemos observar que é nessa nova estrutura da Polícia Militar do Amapá que suas missões vão ao encontro das postuladas na constituição que é o policiamento ostensivo e a manutenção da ordem pública.

Contudo, a Polícia Militar do Território Federal do Amapá tinha como principais missões o policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública, atuando de maneira preventiva ou repressiva, realizando também serviços de prevenção e extinção de incêndios. Como podemos perceber a Polícia Militar, ao contrário da

Guarda Territorial, possui uma missão específica, imbuída de um “novo profissionalismo”, passando a atuar apenas no setor de Segurança Pública. Trata-se de uma força mais bem estruturada e bem preparada para o combate ao crime e todos os tipos de ameaças (LIMA; PEREIRA, 2014, ps. 60-61).

Atualmente, a Polícia Militar do Amapá é um órgão auxiliar de assessoramento do Governo do Estado, de acordo com o Decreto nº 0147, de 23 janeiro de 1998, que aprovou o Regulamento de Lei de Organização Básica da instituição.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso nos bairros Central, Zerão e Universidade da cidade de Macapá/AP no ano de 2014, sendo estes bairros escolhidos em razão da localização geográfica: um central e dois periféricos, considerando as diferentes experiências que ambos podem ter adquirido com a Polícia Militar, ou seja, os atores sociais diretamente envolvidos na problemática em questão.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico e posteriormente debate teórico referente à PM, imagem e os temas aqui abordados, com a pesquisa de campo realizada durante o ano de 2014, no mês de Setembro, a fim de identificar as causas da problemática estudada.

Aplicamos nesse trabalho a abordagem quantitativa. Assim, para Teixeira (2003) e Demo (1999) os aspectos de uma pesquisa quantitativa são reforçados por esta utilizar-se de uma linguagem matemática.

Para a coleta de dados foi utilizada técnica de entrevistas, sendo usado como instrumento um questionário previamente elaborado e testado contendo perguntas fechadas. Este foi aplicado aos moradores dos bairros Centro, Zerão e Universidade, visando adquirir informações e captar percepções, como por exemplo, a vivência dos moradores desses bairros e suas relações com os policiais militares que atuam na cidade de Macapá/AP.

O delineamento amostral correspondeu a um total de 400 questionários, tendo como margem de erro da pesquisa 5 % para mais ou para menos e intervalo de confiança de 95 %, respeitando o quantitativo populacional da cidade de Macapá, o qual segundo IBGE (2010) é de aproximadamente 369.287 mil habitantes, levando em consideração que os questionários foram aplicados em três bairros, dividiu-se proporcionalmente pela quantidade populacional de cada bairro a ser pesquisado: 140questionários no bairro do Centro, 128 no Zerão e 132 no bairro Universidade.

O tamanho da amostra para a pesquisa foi definida pela seguinte equação estatística, segundo Costa (2011):

$$n = \frac{1}{E_o^2}$$

Onde n é a primeira aproximação do tamanho da amostra, e E_o é o erro amostral tolerável.

Para $E_o = 5\% = 0,05$

Temos:
$$n = \frac{1}{0,05^2} \cdot n = 399,56$$

Donde se deduz ser o tamanho da amostra n para populações finitas de tamanho N dado por:

$$n = \frac{N \cdot n^o}{(N + n^o)}$$

Substituindo-a teremos a seguinte fórmula para a o cálculo da amostra:

$$n = \frac{(369287) \cdot 400}{(369287 + 400)}$$

$$n = 399,56 \text{ Amostras}$$

Para organização e análise de dados, utilizou-se o Software Excel 2010, extraíndo-se gráficos e tabelas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DOS BAIRROS CENTRAL, ZERÃO E UNIVERSIDADE

4.1.2 Perfil socioeconômico

Dos 400 entrevistados na pesquisa, a maioria é do sexo masculino (54 %), contudo há um certo equilíbrio. Já quanto ao nível de escolarização, em torno de 47,7 % (183 pessoas), 15,4 % (59 pessoas) e 14,6 (56 pessoas) possuem o 2º grau completo, 2º grau incompleto e curso de nível superior completo, respectivamente. Dessa maneira, percebe-se que a população estudada possui um grau de instrução médio, sendo cerca da metade com no mínimo o ensino médio completo. A maioria da população estudada possui entre 35 - 44 anos e 21 - 24 anos, representando 22,7 % e 21,9 %, respectivamente.

Na pesquisa realizada, analisando a renda da população em Salários Mínimos (SMs), observou-se que 41 %, 30 % e 17 % ganham até 1 SM, de 1 a 3 SMs e não possuem renda, respectivamente. Tal resultado, corrobora com os resultados do gráfico 2, posto que 63,1 % concluíram no mínimo o ensino médio.

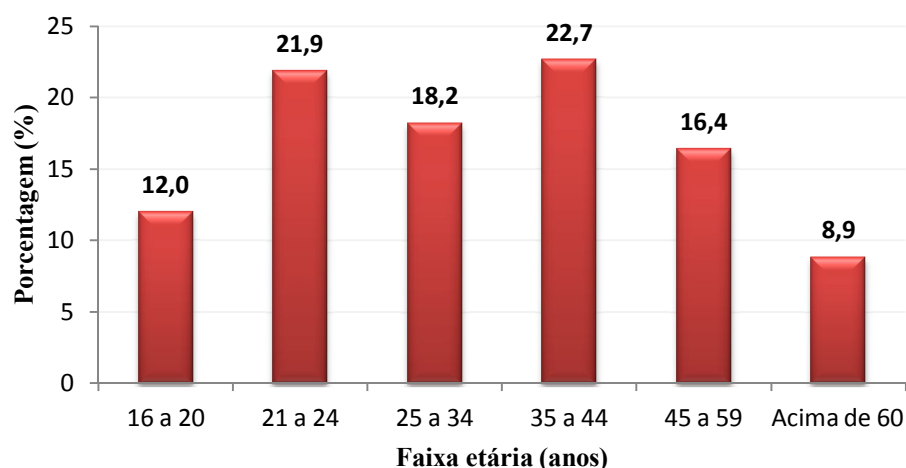


Figura 1- Faixa etária dos moradores dos bairros Central, Zerão e Universidade.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

4.2 Percepção dos moradores quanto aos problemas nos bairros

Um dos fatores-chave na compreensão dos motivos que levam uma sociedade a credibilizar mais ou menos o trabalho da Polícia Militar de seu Estado é o nível de sensação de segurança que sente em seu bairro. Assim, observou-se que mais da metade se sente inseguro (53,1 %), 12,8 % se sentem muito Inseguro e apenas 15,1 % se sentem seguros no seu bairro (Figura 2). Isto demonstra que em torno de 65,9 % não se sente seguro em seus bairros.

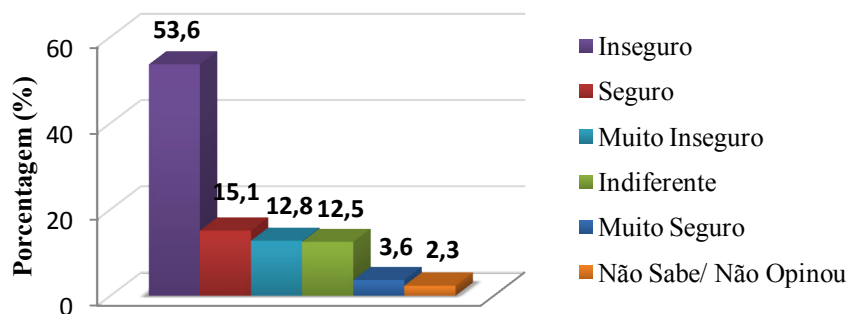


Figura 2- Em relação à segurança pública em seu bairro, como você se sente?
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Dentre os principais problemas elencados pelos moradores dos bairros Central, Zerão e Universidade estão: assalto em via pública, consumo de drogas, tráfico de drogas e gangues, representando 35,7 %, 22,1 %, 18,1 e 5,7 %, respectivamente (Figura 3).

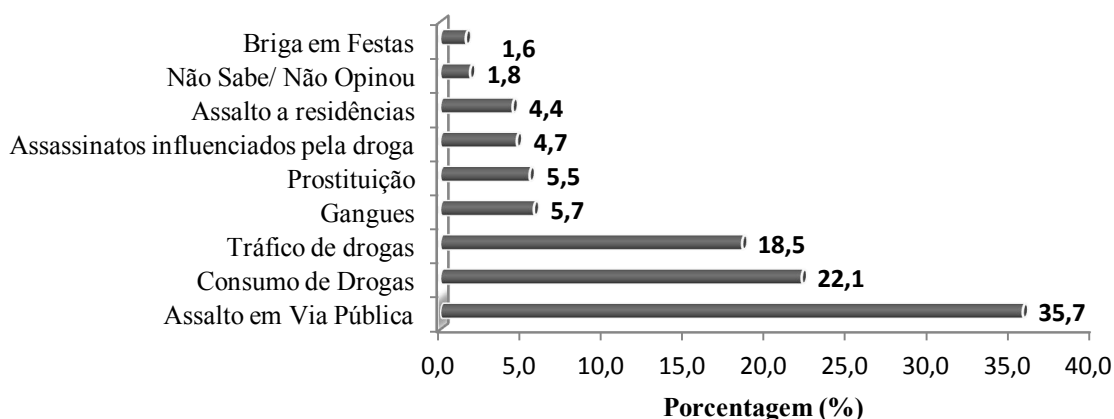


Figura 3- Qual o principal problema de segurança pública do seu bairro?
 Fonte: Pesquisa de campo. 2014.

O tema segurança pública é o mais recorrente entre os moradores estudados, sendo que 13,8 % consideram a violência como o segundo principal problema da cidade de Macapá (Amapá), atrás apenas da saúde pública (40,1 %)(Figura 4).

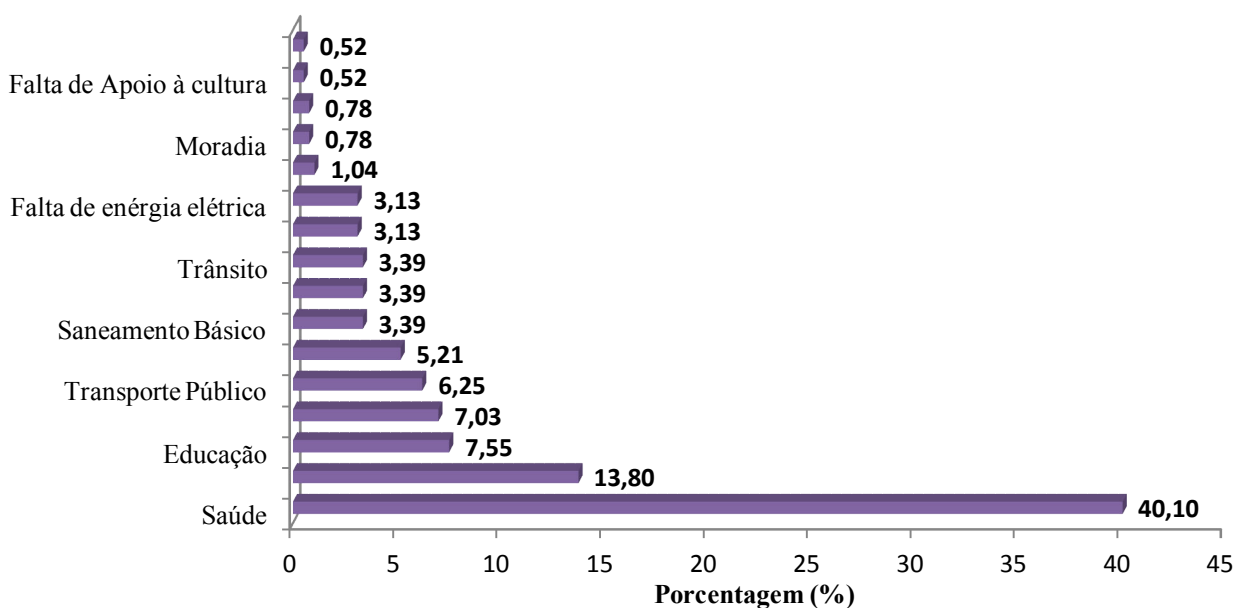


Figura 4- O que você considera o principal problema do Município de Macapá?
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

4.3 Percepção do trabalho Policial Militar em Macapá – Amapá

Pelo fato da Polícia Militar ter como missão constitucional o policiamento ostensivo fardado, a sociedade acaba por diversas vezes associando toda carga da segurança pública à PM, haja vista que suas modalidades de policiamento funcionam 24 horas, ou seja, os

policiais militares estão constantemente em contato com a população, em detrimento da Polícia Judiciária (Polícia Civil) que atua na investigação dos crimes. Assim, uma percepção positiva da PM se estende para todo o sistema de segurança pública estadual.

A partir disso, constatou-se que 33,6 %, 26 % e 9,1 % consideram o trabalho policial militar ineficiente, ausente no bairro e muito ineficiente, respectivamente. Não obstante, 21,6% dos moradores avaliaram como eficiente seu trabalho. (Figura 5).

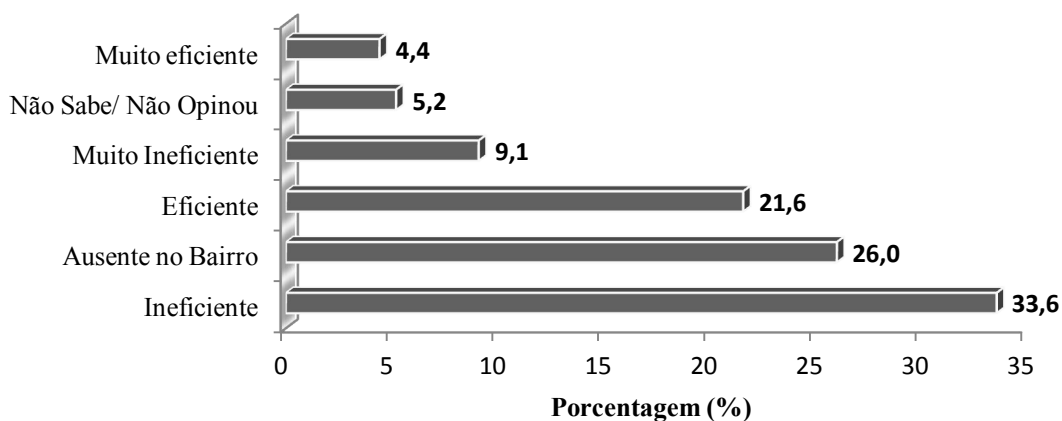


Figura 5 - Em relação a como você percebe o trabalho do policiamento militar em seu bairro, você diria o que? Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Outra pesquisa relevante sobre esse aspecto da confiança da população nas polícias militares, foi o realizado pelo DATAFOLHA sobre a Pesquisa Nacional de Vitimização (2013), a mesma traz dados preocupantes concernentes a confiança nas Polícias Militares por Estados. Assim, o estado do Amapá é o vigésimo colocado em relação ao índice de confiança na Polícia Militar de seu estado, sendo que apenas 15 % de sua população “confia muito” (DATAFOLHA, 2013).

Desse modo, a pesquisa nos mostra o baixo índice de confiança da população amapaense na Polícia Militar do estado, que nos leva a constatar que as pesquisas no assunto devem procurar os fatores que ocasionam esses índices, delimitando as possíveis causas, para que a instituição possa minimizar tais externalidades negativas e planejar suas ações de forma a ter o cidadão como aliado na busca da preservação da paz social. Assim,

As policias também precisam lidar com a avaliação da população, pois são compostas por servidores públicos, que, obrigatoriamente, necessitam estar preocupados com a percepção da sociedade sobre a qualidade de seus serviços. As pesquisas que captam as percepções em relação a polícia podem inclusive ser instrumentos valiosos para aprimorar o relacionamento com a sociedade, aumentando a *accountability* da organização e motivando a criação de programas e políticas com maior suporte público (OLIVEIRA, 2011, p. 07).

Outra maneira de se avaliar a boa execução das ações da Polícia Militar são as abordagens, visto que demonstra o grau de treinamento, qualificação profissional e trato dos policiais com a população. A pesquisa constatou que 11%, 8% e 7% das abordagens

executadas pela PM do Amapá nesses moradores, os policiais foram rudes, indiferentes e violentos, respectivamente (Figura 6).

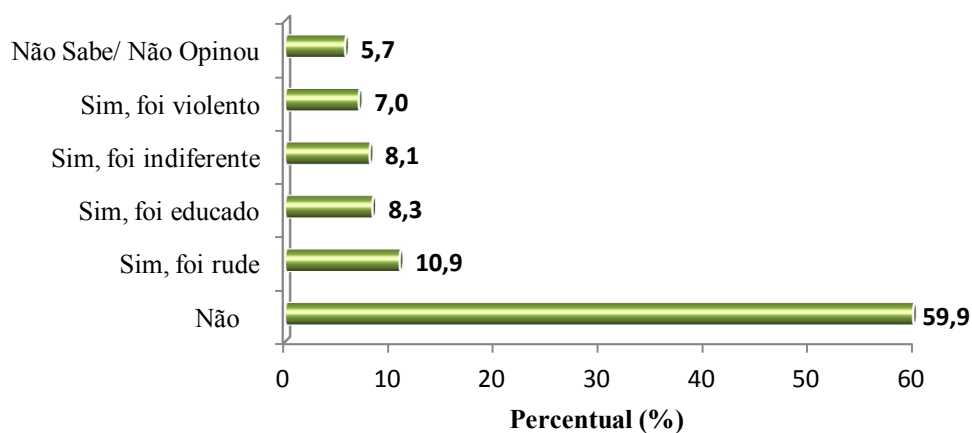


Figura 6 -Caso você já tenha sido abordado alguma vez pela polícia militar, como você avalia o tratamento durante a abordagem?

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Uma das explicações para o desalinhamento abordagem policial militar e cidadão residem no fato do trabalho policial militar ser exaustivo e repetitivo; na falta de reconhecimento profissional tanto pela corporação quanto pela sociedade; na essência do militarismo: disciplina, doutrinas e hierarquia; e o próprio arcaico modelo de formação militar que molda o indivíduo, conferindo-o rigidez profissional e, às vezes, pessoal (SALES; ARAÚJO, 2011).

A variável “atendimento” é crucial para qualquer empreendimento, principalmente quando a mercadoria “vendida” é sensação de segurança pública. Portanto, a maneira como os PMs atendem uma ocorrência faz toda diferença tanto na imagem da corporação quanto para a própria resolução da ocorrência. Em virtude disso, constatou-se que 24%, 19% e 13% consideram os PMs indiferentes, rudes e violentos ao atenderem uma ocorrência. Todavia, 26% os avaliaram como educados nessa variável (Figura 7).

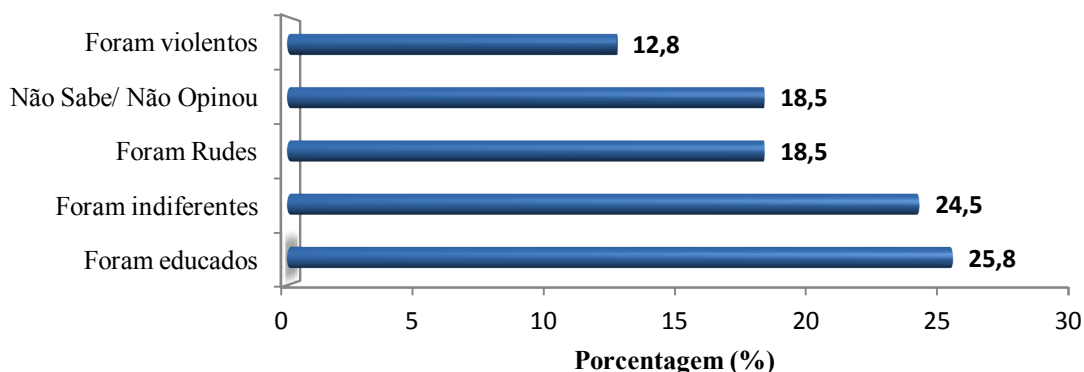


Figura 7- Como você avalia a postura dos policiais militares ao responderem uma ocorrência em seu bairro.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Outro índice avaliado na pesquisa Nacional da DATAFOLHA foi em relação à violência física por parte de policiais militares. A violência física por parte de policiais militares registrou maior incidência no Amapá (6,5%), no Acre (5,1%), no Amazonas (5,1%), no Pará (5%) e no Sergipe (5%). Em relação à agressão verbal e insultos pela Polícia Militar, a maior incidência aconteceu no Amapá (11,2%), seguido de Goiás (8,3%), Pará (8,1%) e São Paulo, Rio Grande do Norte e Acre (8% cada). Já a maior taxa de extorsão e pagamento de propina envolvendo membros dessa corporação foi registrado no Rio de Janeiro (7,0%). Em seguida, com índices acima de 5%, aparecem Amapá e Pará (5,3% cada) (DATAFOLHA, 2013).

As razões do declínio da satisfação do público em relação à polícia não são totalmente claras. Entretanto, a pesquisa sugere que as pessoas que contatam a polícia (por exemplo, para relatar que foram vítimas de algum crime) ficam menos satisfeitas do que aquelas que não tiveram contato com a polícia (BRODEUR, 2002, p. 141).

De acordo com o IPEA (2010), avaliando o atendimento prestado pelas polícias por regiões, verificou-se que a região Norte é a maior qualificada com relação ao atendimento regular (40,1%). Em contrapartida é a última entre as cinco regiões na qualificação ótimo (6,1%), e a quarta na avaliação bom, com 29,3%.

Sales e Araújo (2011) citando os estudos de Bretas (1997) e Muniz e Proença Junior (1997) sobre corporações policiais, concluíram que há contradição na imagem do policial (como profissional a serviço da coletividade) e a imagem de um profissional repressor.

Fraga (2006) ressalta que quando se discute polícia brasileira, o tema recorrente é a violência policial, demonstrando o despreço e desaprovação da sociedade, consequência imediata dos constantes casos de massacres, condutas ilícitas e desvios de conduta dos policiais que diversas vezes utilizam a desproporcional força, seja com o uso da arma de fogo ou da própria força física.

A busca de respostas para o entendimento dos fatores que interferem na qualidade do serviço prestado pela PMAP à sociedade macapaense, bem como sua própria imagem são essenciais para a concretização das metas da corporação, avaliação dos programas de formação nas diversas graduações (soldado, cabo, sargento, subtenente, tenente, etc.) e para o conhecimento da viabilidade e ajustes dos seus Planos Estratégicos de Policiamento.

Dessa forma, quando perguntados a que estava relacionada à má postura do policial militar no atendimento às ocorrências, 26,6%, 19,3% e 14,6% responderam que se deve à falta de treinamento do policial, má formação profissional e a falta de condições de trabalho, respectivamente (Figura 8). Esses são indicadores relevantes para a melhoria no atendimento do policial às ocorrências, reformulação no processo de formação, desenvolvimento de planejamento estratégico da corporação e melhoria nas estruturas física e logística.

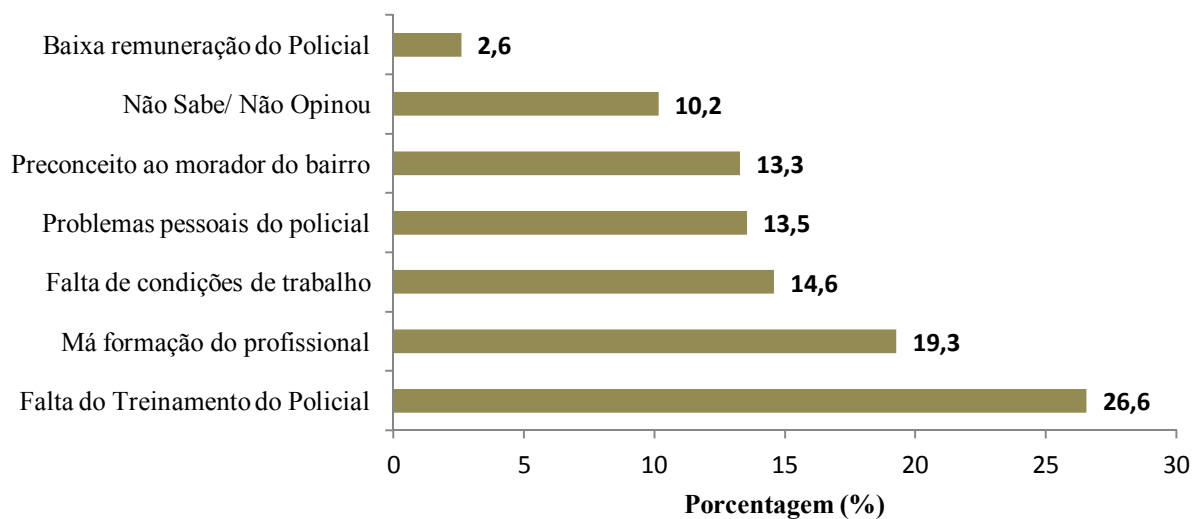
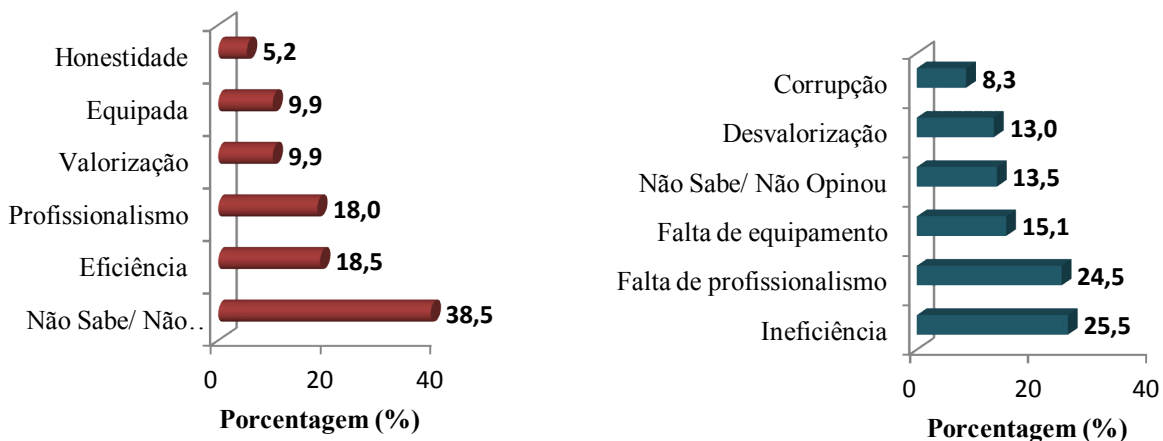


Figura 8- Você acredita que a má postura policial militar no atendimento as ocorrências está relacionada à que?
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Segundo pesquisa CNI-IBOPE em 2011, um dos principais fatores para a melhoria da atuação policial seria a melhora do salário dos policiais, com 42%, em seguida a melhoria na formação profissional e treinamentos dos policiais, com 41%, e em o terceiro fator seria a punição exemplarmente de maus policiais.

Muniz (1999 Apud SALES; ARAÚJO, 2011) salienta que há um descompasso entre o que é ensinado nos centros de formação (seja para soldado ou tenente) e a realidade da missão da Polícia Militar, isto é, o policiamento ostensivo preventivo. Sales e Araújo (2011) apontam dois fatores que são inerentes as Polícias Militares do Brasil: deficiência no contingente policial e estrutura logística.

Em relação aos pontos positivos do trabalho policial militar nos bairros estudados, 18% e 10% dos entrevistados os consideram eficientes e profissionais (cada) e valorizados e equipados (cada) respectivamente. Já os pontos negativos, 26 %, 24 % e 15 % apontam para a ineficiência, falta de profissionalismo e falta de equipamento, respectivamente (Figura 9).



A) Ponto Positivo

B) Ponto Negativo

Figura 9 - Qual o ponto positivo(A) e negativo (B) do trabalho da polícia militar em seu bairro?
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Analisando a percepção de confiança nas polícias por regiões do Brasil, temos que, de acordo com a pesquisa do IPEA (2010), a região Norte é a que tem melhor avaliação com relação às variáveis: confia muito, confia e confia pouco, ou seja, a população da região tem melhor percepção de confiança nas polícias no Brasil, com 77,95%.

Para que a PMAP atinja suas metas institucionais e constitucionais, é necessário que a sociedade esteja ao seu lado espontaneamente, confiante nas suas ações, em fim concedendo respaldo social. Isto porque Kahn (2003 Apud ZOUAIN; ROSS; CRUZ, 2008) salienta que a eficiência do trabalho policial pode está dependente sobremaneira da colaboração voluntária e confiança da sociedade, de forma que a ausência dessa parceria pode ocasionar sérios problemas à segurança pública.

Mostrando um diagnóstico nacional, temos a pesquisa de índice de confiança nas polícias brasileiras aplicadas no 1º semestre do ano de 2013, mostrando que um total de 70,1% da população pesquisada não confia nas polícias (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2013). Desse modo, podemos constatar com a pesquisa um alto índice de desconfiança, o que é um fator de preocupação para os órgãos e gestores de segurança pública.

Destarte, avaliando a imagem da PMAP junto à população, verificou-se que 21,4%, 21,1%, 20,8% e 20,1% dos entrevistados consideram que a corporação militar deve estar mais presente nos bairros, atendê-los melhor na ocorrência, implantar projetos sociais e estar mais próxima da comunidade, respectivamente (Figura 10).

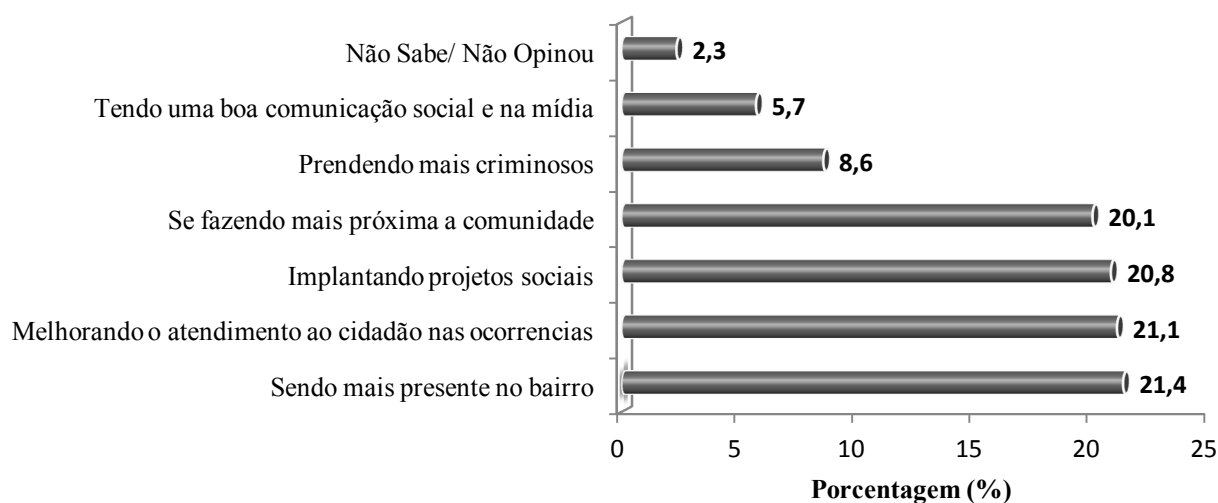


Figura 10 - Como você acha que a polícia militar poderia melhorar sua imagem junto à população?
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou que o processo desconstrução da imagem da Polícia Militar do Amapá perante os atores sociais dos bairros Central, Zerão e Universidade, está sendo construída de forma inadequada, causa essa que traz prejuízos às práticas do policiamento ostensivo, pondo em cheque a confiança, a autoridade e legitimação da PMAP.

O processo de construção de uma imagem positiva da PMAP passa por diversos fatores como: gestões administrativa, operacional e técnica, bem como o relacionamento com a mídia, de maneira a ser um elemento ativo na formação da opinião pública quanto ao seu trabalho.

A percepção dos moradores dos bairros Central, Zerão e Universidade mostraram que há diversos problemas implícitos e explícitos na Polícia Militar do Amapá, evidenciando: faltas de profissionalismo e equipamento; falta de treinamento profissional; má formação do profissional; indiferença no atendimento das ocorrências e ineficiência. Eles ainda mostraram o que poderia ser feito: serem mais presente nos bairros; melhorar o atendimento ao cidadão nas ocorrências; serem mais próximo da comunidade.

Os moradores não se sentem seguros em seus bairros, em virtude principalmente da violência, tráfico de drogas, assaltos em vias públicas, etc. Isto demonstra que a PMAP não está atingindo seus objetivos constitucionais de promover a sensação de segurança, através de um policiamento ostensivo, preventivo e fardado.

A pesquisa convergiu com os estudos nacionais que tratam da imagem negativa das polícias e sua baixa aprovação pela população, sendo que essas corporações são descredibilizadas socialmente, demonstrando que seus planos estratégicos de segurança pública não estão sendo satisfatórios tanto para a redução da criminalidade quanto para a sensação de segurança.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, D. H. O trabalho policial. In: Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2ª edição, 2002.

BRETAS, Marcos Luiz. Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CÁRDIA, N. Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos lusotopie, pp. 299-328, 2003.

CNI – IBOPE. Retratos da sociedade brasileira: segurança pública – (outubro 2011) – Brasília:CNI, 2011. Disponível em: <
<http://www.cni.org.br/portal/data/files/00/FF8080813313424801331C6AC7405A25/Pesquisa%20CNIIBOPE%20Retratos%20da%20Sociedade%20Brasileira%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%20Out%202011.pdf>>. Acesso em: 10 de set de 2013.

COLNAGO, C. K. A Comunicação Organizacional como Fator Determinante para Construção da Imagem Institucional. Mestrado em Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

COSTA, G. V. CARDENO DE ESTUDO DA DISCIPLINA METODOLOGIA DA PESQUISA APLICADA A PROJETOS. Universidade Federal da Amazônia- UFAM. Manaus, 2011.

DEMO, P. Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento. 2. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

FRAGA, C. K. Peculiaridades do trabalho policial militar. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 6, dez. 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA DATAFOLHA. Pesquisa Nacional de Vitimização, 2013. Disponível em:<http://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Sumario_SENASP_final.pdf> Acesso em: 03 de outubro de 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA- IPEA. Sistema de indicadores de percepção social – SISP. Segurança pública no Brasil, 2011. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/110330_sips_seguranapublica.pdf>Acesso em: 16 de fevereiro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Acesso em: 10 de out de 2014.

KAHN, T. Segurança pública e trabalho policial no Brasil. Centre for Brazilian Studies. University of Oxford, working paper 51 (june 2003). Conference ‘Promoting human rights through good governance in brazil’, University of Oxford, 2003.

LIMA, F. L. S.; PEREIRA, L. C. Território, sujeitos e força policial: pontos sobre a história da Polícia Militar do Amapá (1973-1977). 76 f. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual do Pará, 2014.

MUNIZ, J. O. Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser – cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jacqueline e PROENÇA JÚNIOR, Domício. “Administração Estratégica da ordem Pública”. Lei e Liberdade. Comunicações do Iser. Rio de Janeiro, 1997.

OLIVEIRA, A. S. Tesouras de memórias. Fortaleza: Premium, 2013. p. 360.

OLIVEIRA, H. S. O Cerimonial como ferramenta para a consolidação da imagem institucional dos Grandes Comandos do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Comunicação e Marketing Institucionais), Universidade Castelo Branco, 2010.

ROLIM, M. A Síndrome da Rainha Vermelha. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SALES, L. J. M.; ARAÚJO, L. S. Ser policial: representações sobre uma profissão de risco. XI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais - diversidades e (des) igualdades. Bahia, 2011.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. A imprensa e o judiciário. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, Bauru, n. 15. 1996. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/20397>>. Acesso em: 22 de Setembro de 2013.

TRINDADE, L.S; LAPLANTINE, F. O que é imaginário. São Paulo: Brasiliense, 1997.

TOIGO, M. D. FELIX, S. A. Polícia e comunidade: conflitos e consensos. VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais - Coimbra 16,17,18 de setembro de 2004.

WIKIPÉDIA. Acesso em: 10 de out de 2014.

ZOUAIN, D. M.; ROSS, S. D.; CRUZ, B. P. A. A Imagem da Polícia Militar na Cidade do Rio de Janeiro. XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2008.